

BOM ANO PARA NEGOCIAR!

*** Roberto Rodrigues**

A FAO, instituição responsável por agricultura e alimentação das Nações Unidas vem há anos prevenindo o mundo todo que, com o crescimento da população – serão 9 bilhões de pessoas em 2050 – e o da renda dos países em desenvolvimento, a demanda por alimentos crescerá cerca de 70% até aquele ano.

Por outro lado, a demanda por combustíveis líquidos pode ser ainda maior, na medida em que hoje os países da UE mais Estados Unidos e Japão têm 50 carros leves para cada 100 habitantes, enquanto China e Índia tem menos de 5, mas são os países que mais cresceram em termos econômicos, e a China no ano passado foi o maior consumidor de carros novos. O tema “emissão de Gases e Efeito de Estufa” é fortemente tratado hoje em dia, e se sabe que os biocombustíveis emitem menos da metade do CO₂ emitido pelos derivados do petróleo, de modo que seu consumo fatalmente crescerá.

Estes dois itens – alimentos e biocombustíveis (mais bioeletricidade) – somados à demanda por fibras, reforçam a pressão sobre uma questão que hoje aflige toda a humanidade: a capacidade de aumentar a produção agrícola sem destruir os recursos naturais.

Isto instrumentaliza à grande discussão sobre a necessidade de desenvolvimento sustentável, considerando o equilíbrio dos 3 pilares da sustentabilidade: o econômico, o social e o ambiental. Em outras palavras: não será aceitável um aumento de produção se este for insustentável.

A resposta para esta dramática dicotomia está na tecnologia. Será possível atender à demanda basicamente com aumento da produtividade. Mas também será necessário incorporar áreas novas, principalmente as hoje utilizadas com pastagem, para a produção de alimentos, fibras e energia.

Neste sentido, a própria FAO reconhece que duas regiões em todo o mundo podem resolver esta explosiva necessidade de produção: a América do Sul e a África Subsaariana.

Acontece que a África ainda está um pouco atrás de nós em termos tecnológicos e institucionais, de modo que deverá demorar algum tempo para ter o papel que lhe está reservado nesse problema.

Sendo assim, é a América do Sul que precisa tratar de responder mais depressa, assumindo compromissos com o aumento da produção agropecuária. E, neste continente, não há dúvida de que o Brasil se firma como o grande candidato ao crescimento mais acelerado: tem terra disponível, tem a melhor tecnologia tropical do planeta e tem agricultores eficientes.

Não é por outra razão que muitos fundos de investimentos estão chegando dos quatro cantos do planeta, para investir na atividade rural, comprando ou arrendando terra maciçamente.

Isto também é positivo, na medida em que estes investidores terminarão sendo parceiros do Brasil nas discussões da OMC objetivando a redução dos subsídios dos países desenvolvidos a seus agricultores: serão nossos “sócios” neste debate.

Isto posto, compete a nós brasileiros, assumir uma posição consistente neste processo notável e – sem dúvida – histórico.

Temos a base para fazê-lo, mas nos falta uma questão vital: não temos uma estratégia definida.

Temos uma excelente Política Agrícola criada no Ministério da Agricultura pelo debate com o setor privado através das Câmaras Setoriais, mas a implementação desta política depende de uma dúzia de outros ministérios: do Planejamento (que faz o Orçamento), da Fazenda (que libera os Recursos), do Banco Central (que estabelece as taxas de Juros e do Câmbio), do Itamaraty (que negocia os acordos internacionais), do MDIC (que estabelece os mecanismos de comércio), de Minas de Energia (que resolve a questão da agroenergia), do MDA (que arbitra os conflitos fundiários), do Meio Ambiente (que cuida das florestas plantadas), sem falar em ANA, ANVISA, IBAMA, FUNAI, PETROBRAS, INMET, INMETRO, BB, e uma centena de outras siglas menos importantes, mas também necessárias.

Portanto não basta o Ministério da Agricultura ter um programa bem feito: é preciso que o governo todo se envolva nesta discussão estratégica e na sua implantação.

Este ano de 2010, sendo eleitoral, oferece uma boa oportunidade aos líderes do agronegócio para negociarem com os candidatos a plataforma essencial para definir esta estratégia.

Mãos a obra, todos juntos!

*** Coordenador do Centro de Agronegócio da FGV, presidente do Conselho Superior de Agronegócio da FIESP e professor de Economia Rural da UNESP/Jaboticabal**